

**PODER JUDICIÁRIO**  
**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1994**



**PRESIDÊNCIA**  
**MINISTRO WILLIAM PATTERSON**

**BRASÍLIA - DF**



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**1994**

PRESIDÊNCIA  
MINISTRO WILLIAM PATTERSON

BRASÍLIA - DF

## SUMÁRIO

Introdução	05
Composição do Tribunal	07
Atividades Judicantes	17
Atividades Extrajudiciais	20
Relações com os Poderes Públicos e Autoridades	24
Jurisprudência do Tribunal	29
Atividades-Meio	31
Planejamento	53
Encerramento	54
Anexo - Estatística das Atividades Judicantes	55
Índice Sistemático	78

## I - INTRODUÇÃO

Senhores Ministros,

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, mediante a realização desta Sessão, retoma suas atividades jurisdicionais, dando início ao ano judiciário de 1995.

Nesta oportunidade, sinto-me gratificado ao apresentar, nos termos do art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno, resumo dos trabalhos desenvolvidos no exercício anterior, que constitui substrato de detalhado relatório a ser oportunamente distribuído.

A Administração continuou envidando esforços para melhor capacitar seus recursos humanos, racionalizar suas rotinas e informatizar todos os seus níveis.

Nesse sentido, teve destacada importância a homologação das concorrências para a implantação do Projeto de Telemática, indispensável ao funcionamento da futura sede. Recentemente, foram adquiridos diversos microcomputadores, assim como **notebooks**, o que irá possibilitar, após a mudança para o novo prédio, a interligação das residências dos Srs. Ministros com a base de dados.

De forma a permitir a efetiva operacionalização da nova sede, foram aprovadas alterações na estrutura organizacional desta Instituição. O aumento da área física das edificações demandará

acréscimo significativo da atividade de administração predial, compreendendo serviços de manutenção preventiva e corretiva dos prédios e de suas instalações.

Ademais, a adoção de novas tecnologias de gestão e controle de edifícios, ao lado do uso da tecnologia de informação, requer a definição, o domínio e, mesmo, a incorporação dos mais recentes processos e estratégias de gerenciamento. Agrega-se a isso grande volume de contratos com terceiros, necessários à supervisão e conservação daqueles sistemas.

As atividades do Tribunal estiveram a cargo de uma força de trabalho de 1.744 pessoas, sendo 32 Ministros, 1.540 servidores do Quadro de Pessoal, 41 ocupantes de cargo em comissão de investidura originária e 27 estagiários procedentes de instituições de ensino superior.

Visando atender satisfatoriamente à demanda de pessoal existente nas diversas unidades, foi realizado concurso público para as categorias de Técnico Judiciário - Áreas Fim e Meio - e Auxiliar Judiciário, operacionalizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília.

O ano que se encerrou marcou a consolidação do PRÓ-SER - Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com decisão tomada por seu Conselho Deliberativo, os programas que o integram vêm sendo implantados gradativamente, desde outubro de 1992, de sorte que, em 1994, no âmbito da

assistência médica, houve a contratação da empresa VIDA - UTI MÓVEL, cujo escopo é prestar pronto atendimento a pacientes em situação de emergência. Com essa ação, foram atingidos todos os objetivos iniciais no tocante à assistência médico-hospitalar.

Quanto à assistência odontológica, foi implantada a segunda etapa da especialidade de PRÓTESE, contemplando todos os procedimentos a ela inerentes.

Com 5.931 beneficiários cadastrados em 1993, o PRÓ-SER abrigava, até o final do ano passado, 6.576 usuários, dos quais 2.047 são titulares - entre servidores ativos, inativos e pensionistas - e 4.529, dependentes.

Com essas palavras, acredito ter levado ao conhecimento dos Senhores Ministros o resumo das mais importantes atividades administrativas desempenhadas durante 1994, tendo em vista as metas prioritárias traçadas por esta Presidência.

Passo a relatar, em seguida, de forma circunstanciada, os trabalhos executados no exercício findo.

## **II - COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL**

### **1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS JUDICANTES**

Afastaram-se, por aposentadoria, os Srs. Ministros José Cândido de Carvalho Filho, em 14.04.94, e Francisco Dias Trindade,

em 18.11.94, ambos por implemento de idade, conforme Decretos Presidenciais de 22.04.94 e 02.12.94, respectivamente.

Em sessões extraordinárias realizadas em 29 de abril e 24 de novembro, assumiram o cargo de Ministro deste Tribunal, respectivamente, os Drs. Ruy Rosado de Aguiar Júnior e Vicente Leal de Araújo, sucedendo aos Srs. Ministros Athos Gusmão Carneiro e José Cândido de Carvalho Filho.

Ao final do ano judiciário, registrava-se uma vaga na composição do colegiado, em decorrência da aposentadoria do Sr. Ministro Francisco Dias Trindade.

Em razão desses acontecimentos, o Tribunal compunha-se, quando do encerramento do ano judiciário, dos seguintes Ministros:

### **Plenário**

WILLIAM PATTERSON (Presidente)

BUENO DE SOUZA (Vice-Presidente)

JOSÉ DANTAS

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

PEDRO ACIOLI

AMÉRICO LUZ

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

CID FLAQUER SCARTEZZINI

JESUS COSTA LIMA

COSTA LEITE

NILSON NAVES (Diretor da Revista)

EDUARDO RIBEIRO

JOSÉ DE JESUS FILHO (Coordenador-Geral  
da Justiça Federal)

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

GARCIA VIEIRA

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

WALDEMAR ZVEITER

FONTES DE ALENCAR

CLÁUDIO SANTOS

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

BARROS MONTEIRO

HÉLIO MOSIMANN

PEÇANHA MARTINS

DEMÓCRITO REINALDO

HUMBERTO GOMES DE BARROS

MILTON LUIZ PEREIRA

CESAR ASFOR ROCHA

ADHEMAR MACIEL

ANSELMO SANTIAGO

RUY ROSADO DE AGUIAR

VICENTE LEAL

**Corte Especial**

WILLIAM PATTERSON (Presidente)

BUENO DE SOUZA (Vice-Presidente)

JOSÉ DANTAS

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

PEDRO ACIOLI

AMÉRICO LUZ

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

CID FLAQUER SCARTEZZINI

JESUS COSTA LIMA

COSTA LEITE

NILSON NAVES (Diretor da Revista)

EDUARDO RIBEIRO

JOSÉ DE JESUS FILHO (Coordenador-Geral  
da Justiça Federal)

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

GARCIA VIEIRA

WALDEMAR ZVEITER

FONTES DE ALENCAR

HÉLIO MOSIMANN

PEÇANHA MARTINS

DEMÓCRITO REINALDO

**Primeira Seção**

GARCIA VIEIRA (Presidente)

AMÉRICO LUZ

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

HÉLIO MOSIMANN

PEÇANHA MARTINS

DEMÓCRITO REINALDO

HUMBERTO GOMES DE BARROS

MILTON LUIZ PEREIRA

CESAR ASFOR ROCHA

**Segunda Seção**

EDUARDO RIBEIRO (Presidente)

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

COSTA LEITE

NILSON NAVES

WALDEMAR ZVEITER

FONTES DE ALENCAR

CLÁUDIO SANTOS

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

BARROS MONTEIRO

RUY ROSADO DE AGUIAR

**Terceira Seção**

CID FLAQUER SCARTEZZINI (Presidente)

JOSÉ DANTAS

PEDRO ACIOLI

JESUS COSTA LIMA

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

ADHEMAR MACIEL

ANSELMO SANTIAGO

VICENTE LEAL

**Primeira Turma**

DEMÓCRITO REINALDO (Presidente)

GARCIA VIEIRA

HUMBERTO GOMES DE BARROS

MILTON LUIZ PEREIRA

CESAR ASFOR ROCHA

**Segunda Turma**

HÉLIO MOSIMANN (Presidente)

AMÉRICO LUZ

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

PEÇANHA MARTINS

**Terceira Turma**

WALDEMAR ZVEITER (Presidente)

COSTA LEITE

NILSON NAVES

EDUARDO RIBEIRO

CLÁUDIO SANTOS

**Quarta Turma**

FONTES DE ALENCAR (Presidente)

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

SÁLVIO DE FIGUEIREDO

BARROS MONTEIRO

RUY ROSADO DE AGUIAR

**Quinta Turma**

JESUS COSTA LIMA (Presidente)

JOSÉ DANTAS

CID FLAQUER SCARTEZZINI

ASSIS TOLEDO

EDSON VIDIGAL

**Sexta Turma**

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO (Presidente)

PEDRO ACIOLI

ADHEMAR MACIEL

ANSELMO SANTIAGO

VICENTE LEAL

**2. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES**

Com a edição do Ato nº 115, de 25 de maio de 1994, em obediência à disposição contida no art. 21, inciso XVII, do Regimento

Interno, as Comissões Permanentes e a Comissão Especial de Obras passaram a ser compostas pelos seguintes Ministros:

## 2.1. COMISSÕES PERMANENTES

### 2.1.1. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO

JESUS COSTA LIMA (Presidente)

DIAS TRINDADE (\*)

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO

PEÇANHA MARTINS (Suplente)

### 2.1.2. COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ (Presidente)

CID FLAQUER SCARTEZZINI

ASSIS TOLEDO

SÁLVIO DE FIGUEIREDO (Suplente)

### 2.1.3. COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

EDUARDO RIBEIRO (Presidente)

EDSON VIDIGAL

WALDEMAR ZVEITER

FONTES DE ALENCAR (Suplente)

\* Até 18.11.94, quando ocorreu sua aposentadoria.

#### 2.1.4. COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

JOSÉ DANTAS (Presidente)

PEDRO ACIOLI

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

NILSON NAVES

GARCIA VIEIRA

CLÁUDIO SANTOS

#### 2.2. COMISSÃO TEMPORÁRIA

##### 2.2.1. COMISSÃO ESPECIAL DE OBRAS

COSTA LEITE (Presidente)

JOSÉ DE JESUS FILHO

BARROS MONTEIRO

HÉLIO MOSIMANN

### III - ATIVIDADES JUDICANTES

Os boletins estatísticos correspondentes às atividades de prestação jurisdicional, durante o sexto ano de funcionamento do Superior Tribunal de Justiça, continuam evidenciando o considerável crescimento dos feitos em tramitação. Os processos autuados e distribuídos atingiram o elevado número de 38.670. Em contrapartida,

tais dados realçam a laboriosa atuação desta Corte, o que se depreende das 431 sessões realizadas por seus órgãos julgadores - Corte Especial, Seções e Turmas. Vieram para julgamento em mesa 24.304 processos e outros 18.728 foram decididos por despacho, totalizando 43.032 feitos. A média de processos julgados foi de 1.388, levando-se em conta o número de Ministros em exercício, estando aí incluídos 2.378 Agravos Regimentais e 1.629 Embargos de Declaração.

A esses, somem-se 1.146 recursos extraordinários interpostos e submetidos a exame de admissibilidade. Esta Presidência apreciou 33 recursos, todos denegados. O Ministro Vice-Presidente, por delegação de competência, apreciou os demais, dos quais 258 foram admitidos e 855, denegados ou prejudicados. Foram também apreciados por esta Presidência 79 pedidos de suspensão de segurança.

Mencionem-se, ainda, 23.565 acórdãos publicados, bem como 4.395 despachos variados proferidos pelo Presidente ou Vice-Presidente, no âmbito da Secretaria Judiciária, em processos, petições, ofícios e telex.

Cotejando-se os quantitativos de processos distribuídos e julgados desde a criação deste Tribunal até o exercício findo, verifica-se que, não obstante a excepcional capacidade de trabalho demonstrada, o número de remanescentes, aguardando julgamento, ainda é bastante significativo. São 18.528 feitos, sendo que 4.116

encontram-se no Ministério Público Federal à espera de pronunciamento. Registre-se, no entanto, que, desde 1993, os processos remanescentes vêm diminuindo sensivelmente, os quais continuarão a merecer a dedicação de Vossas Excelências.

Oferecendo o suporte necessário à manifestação última do Tribunal, a Secretaria Judiciária padronizou a elaboração das notas taquigráficas das sessões de julgamento. Foram, também, uniformizados os mandados de intimação enviados ao Ministério Público e à União Federal.

Objetivando, ainda, unificar o processamento dos Agravos de Instrumento interpostos de decisões denegatórias de Recursos Extraordinários para o Supremo Tribunal Federal, a Secretaria Judiciária apresentou projeto de Instrução Normativa, a qual, aprovada por esta Presidência, recebeu o nº 02 e foi publicada no Diário da Justiça de 15.03.94.

Da mesma forma, houve a preocupação de regulamentar os procedimentos cartorários, resultando na Instrução Normativa nº 03, de 05.09.94.

Para que se tenha uma visão ampla das atividades judicantes, vejam-se os mapas dos julgados no anexo deste relatório.

#### IV - ATIVIDADES EXTRAJURISDICIONAIS

##### 1. ELEIÇÕES - ADMINISTRAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E MEMBROS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Em sessão extraordinária do dia 07 de abril de 1994, foi eleito membro suplente do Conselho da Justiça Federal o Sr. Ministro Luiz Vicente Cemicchiaro, em vaga originária da aposentadoria do Sr. Ministro Athos Carneiro.

No dia 05 de maio, procedeu-se à eleição do Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro como membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, em razão da aposentaria do Sr. Ministro José Cândido de Carvalho Filho.

Em sessão de 09 de junho, foi indicado, como membro substituto junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Sr. Ministro Costa Leite.

Na sessão extraordinária realizada no dia 02 de dezembro, foram eleitos membros efetivo e suplente do Conselho da Justiça Federal os Srs. Ministros Edson Vidigal e Waldemar Zveiter, respectivamente. Assumiu a Coordenadoria-Geral da Justiça Federal o Sr. Ministro José de Jesus Filho, membro mais antigo dentre os efetivos desse colegiado. Foi eleito membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral o Sr. Ministro Jesus Costa Lima em vaga decorrente

da expiração do prazo do mandato do Sr. Ministro Cid Flaquer Scartezzini.

## 2. INDICAÇÕES

Visando ao preenchimento da vaga surgida em virtude da aposentadoria do Sr. Ministro José Cândido de Carvalho Filho, em sessão do dia 09 de junho foram escolhidos, em lista tríplice posteriormente encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Juizes Fleury Antônio Pires, Vicente Leal de Araújo e José Augusto Delgado.

## 3. POSSE DE MINISTROS

Passaram a integrar o Tribunal o Sr. Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior, com posse em 29.04.94, na vaga oriunda da aposentadoria do Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro, conforme Decreto Presidencial de 28.03.94 (DOU 29.03.94), e o Sr. Ministro Vicente Leal de Araújo, cuja posse ocorreu em 24.11.94, em vaga deixada pelo Sr. Ministro José Cândido de Carvalho Filho, conforme Decreto Presidencial de 31.10.94 (DOU 01.11.94).

## 4. AFASTAMENTOS REGIMENTAIS - LICENÇAS

Na forma regimental, mediante requerimento, foram deferidos aos membros do Tribunal abaixo nomeados os seguintes afastamentos:

a) 07 a 29 de março - Sr. Ministro Pedro da Rocha Acioli, para gozo de licença prêmio por assiduidade;

b) 12 a 27 de setembro - Sr. Ministro Antônio Torreão Braz, para gozo de licença prêmio por assiduidade;

c) 20 de abril a 20 de maio e 21 a 31 de maio - Sr. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, para tratamento de saúde;

d) 12 a 21 de dezembro - Sr. Ministro Cid Flaquer Scartezzini, para tratamento de saúde;

e) 09 a 23 de março e 02 a 09 de dezembro - Sr. Ministro Hélio de Melo Mosimann, para estudo no exterior.

## 5. HOMENAGENS

Em sessões solenes dos dias 10 e 17 de março, 28 de abril, 23 de junho e 29 de setembro, foram prestadas homenagens póstumas, respectivamente, aos saudosos Ministros Cunha Mello, Geraldo Fonteles, Otto Rocha, Armando Leite Rollemberg e Álvaro Peçanha Martins.

Também foi homenageado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça o Sr. Ministro José Cândido de Carvalho Filho, em 07 de abril, uma vez que aquela era a última sessão de que participava antes de ser publicado o ato de sua inatividade. Por último, o Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro foi homenageado em 29 de abril, em razão de sua aposentadoria.

## 6. OUTROS EVENTOS CONSIGNADOS EM ATA

Constam nas atas das sessões extraordinárias do Plenário, realizadas nas datas indicadas, as decisões que se seguem:

a) 01 de agosto - por unanimidade, decidiu-se suspender a distribuição de processos para os Ministros que integram o Tribunal Superior Eleitoral, até 30 dias após sua eleição. Quanto aos Ministros que vierem a ser convocados para atuar como Juízes auxiliares junto àquela Corte, decidiu o Plenário também suspender-lhes a distribuição de processos durante o período de convocação.

b) 11 de outubro - o Plenário, por maioria, decidiu não encaminhar, ao Congresso Nacional, o projeto de criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região - Minas Gerais, por entender ser a proposta inoportuna.

Ainda, por unanimidade, decidiu-se que o conhecimento de recursos e petições interpostos por fac-símile fica sob livre apreciação do Relator, por ser matéria jurisdicional.

c) 20 de outubro - por maioria, foi acolhida a proposta de aumento do número de Juízes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos da sugestão do Sr. Ministro José Dantas, para 23 Juízes, na conformidade do que foi feito em relação aos Tribunais da 2ª e 4ª Regiões. Determinou-se, ainda, o reexame do quadro de servidores para compatibilizá-lo proporcionalmente ao referido aumento.

O Plenário, também por maioria, aprovou a proposta de criação de outras varas na Justiça Federal da 1ª Região.

## **V - RELAÇÕES COM OS PODERES PÚBLICOS E AUTORIDADES**

A Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais, representou o Tribunal perante os Poderes da República, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e demais autoridades, ou delegou tal missão a um dos Senhores Ministros.

O STJ, por meio da Presidência, recebeu em audiência autoridades dos três Poderes e compareceu a várias outras, no trato de interesses decorrentes de sua função administrativa.

Procurando atingir o mais elevado nível de harmonia nas relações com os Poderes constituídos, com os profissionais envolvidos com a Justiça, com a comunidade científica e com a sociedade em geral, inclusive no plano internacional, o Presidente participou, efetivamente, dos seguintes eventos:

1) Entrevista ao jornal "Correio Braziliense" em 26.01;

2) Solenidades de inauguração da nova sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife-PE, do prédio da Justiça Federal de Foz do Iguaçu-PR, da nova sede da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e do prédio da Seção Judiciária do Espírito Santo, respectivamente em 04.02, 17.02, 28.10 e 14.12;

- 3) Encontro de Presidentes dos Tribunais, Brasília-DF, em 08.02;
- 4) Abertura da programação de 1994 do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em 04.03;
- 5) Abertura da palestra “Elaboração do Perfil Gerencial do Superior Tribunal de Justiça” em 15.04;
- 6) Solenidade de transmissão do cargo de Ministro de Estado do Trabalho ao Ministro Marcelo Pimentel em 10.05;
- 7) Abertura e encerramento da “I Jornada de Estudos Judiciários”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília-DF, de 20 a 22.05;
- 8) “VI Ciclo de Conferências” (Direito Administrativo), promovido pela Justiça Federal de 1ª Instância, Brasília-DF, em 23.05;
- 9) Sessão solene de posse do Juiz Mauro Leite Soares no cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF, em 10.06;
- 10) Sessão especial de apreciação do relatório e projeto de parecer sobre as contas do Governo, exercício de 1993, no Tribunal de Contas da União, em 16.06;
- 11) Inauguração da exposição “O Superior Tribunal de Justiça e a Memória Fotográfica do Judiciário Brasileiro” em 27.06;

12) Sessão solene comemorativa do 60º aniversário da inclusão da Justiça Militar da União no Poder Judiciário, Superior Tribunal Militar, em 12.08;

13) Abertura do Seminário “Regime Jurídico Único”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em 17.08;

14) VII Ciclo de Conferências “Painéis da Justiça Federal”, Belo Horizonte-MG, de 26 a 27.08;

15) Sessão solene em homenagem ao Excelentíssimo Senhor Juan Carlos Wasmosy, Presidente da República do Paraguai, no Supremo Tribunal Federal, em 1º.09;

16) Sessão solene em homenagem ao Sr. Ministro José Cândido de Carvalho Filho no Fórum Teixeira de Freitas, Salvador-BA, em 15.09;

17) Solenidade de Abertura do “X Encontro Nacional de Juízes Federais”, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife-PE, em 12.10;

18) Instalação da 1ª e 2ª Varas da Justiça Federal, Bauru-SP, em 14.10;

19) Abertura da “Semana do Servidor Público”, Brasília-DF, em 24.10;

20) Abertura do Seminário “As Relações do Poder Judiciário com a Imprensa”, Brasília-DF, em 24.10;

21) Abertura do Encontro “Centro de Formação de Pessoal do Banco do Brasil” em 26.10;

22) Solenidade de posse dos Srs. Ministros Carlos Mário da Silva Velloso e Marco Aurélio Mendes de Farias Mello nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Tribunal Superior Eleitoral em 06.12;

23) Sessão de abertura do Simpósio “A Melhoria do Sistema Penal na Prevenção e Repressão dos Delitos de Drogas”, auditório do Superior Tribunal de Justiça, em 12.12;

Participou, ainda, o Presidente de solenidades em que o homenagearam e outorgaram-lhe comendas, conforme listagem:

1) Título de Cidadão Coaraciense, Câmara Municipal de Coaraci-BA, em 25.03;

2) Condecoração, no grau de “Grã-Cruz”, do Quadro Especial da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Superior Tribunal Militar, em 06.04;

3) Condecoração, no grau de “Grã-Cruz”, da Ordem do Rio Branco, Palácio do Itamaraty, em 20.04;

4) Condecoração, no grau de “Grã-Cruz”, da Ordem do Mérito de Brasília, Praça do Burity, em 21.04;

5) Condecoração, no grau de “Grande-Oficial”, da Ordem do Mérito Forças Armadas, Estado-Maior das Forças Armadas, Brasília-DF, em 25.07;

6) Condecoração, no grau de “Grã-Cruz”, da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho, em 11.08;

7) “Grande Medalha da Inconfidência”, Belo Horizonte-MG, em 27.08;

8) Medalha “Thomé de Souza”, Câmara Municipal de Salvador-BA, em 14.09;

9) “Colar do Mérito Judiciário”, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro-RJ, em 08.12.

A Assessoria de Comunicação Social, além de apoiar as atividades mencionadas, elaborou o “Guia da Administração 94” e a listagem atualizada das autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Executou, ainda, programa de visitas ao Tribunal, efetuadas por estudantes de Direito de várias faculdades do País, pelos Procuradores do Banco Central de todo o Brasil e por autoridades da Secretaria da Administração Federal. Registre-se, também, o atendimento aos jornalistas e a divulgação, mediante “releases”, dos feitos de interesse público julgados pelo STJ.

## VI - JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL

### 1. REVISTA

A Revista do Superior Tribunal de Justiça, sob a direção do Sr. Ministro Nilson Naves, editou 12 números da Revista, 23 do Boletim do STJ, 25 do Boletim de Serviço, 11 dos Julgados do STJ e 2 números do Ementário de Jurisprudência.

Foram distribuídos, para todo o território nacional, 6.000 exemplares do Boletim de Julgados do STJ, 6.123 da Revista, 942 do Ementário de Jurisprudência e 900 do Regimento Interno.

No âmbito do Tribunal, em nível interno, foram distribuídos 2.200 exemplares do Boletim do STJ, 3.750 do Boletim de Serviço, 299 da publicação LEX - Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, 396 da Revista do STJ encadernada, 1.518 da Revista Trimestral de Jurisprudência e 12 da Revista do Tribunal Regional Federal - 1ª Região.

Ressalte-se que já foi lançada a Revista do STJ em CD-ROM.

### 2. SÚMULAS

Durante o ano de 1994, foram aprovados 32 verbetes da Jurisprudência firmada por este Tribunal, os quais foram compendiados nas Súmulas de nº 94 a 125 do Superior Tribunal de Justiça. A esses verbetes foi dada ampla divulgação, na forma regimental.

### 3. BANCO DE DADOS

A base de dados da Subsecretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça contava, quando do encerramento do ano judiciário, com 73.282 acórdãos. Tais documentos estão disponíveis a qualquer usuário interno ou externo que tenha acesso aos sistemas RENPAC (Rede Nacional de Pacotes, da Embratel) ou PRODASEN, via terminal.

Esses acórdãos continuam sendo implantados, com suas informações básicas, no dia subsequente ao da publicação no Diário da Justiça. A ementa e a decisão são disponibilizadas ao público no prazo de uma semana. A recuperação desses dados faz-se pelo número do processo, código do Ministro Relator, ou por palavras-chaves existentes no texto.

Dos 23.534 acórdãos incluídos no último exercício, 11.572 foram trabalhados como sucessivos, de forma abreviada; 10.031 já se encontram indexados e 9.024, devidamente catalogados.

Comparando-se esses números com os apontados no ano de 1993, constata-se significativo crescimento, em função do considerável aumento dos processos julgados por esta Corte.

É, também, função da Jurisprudência atender às unidades do Tribunal, a diversos órgãos e ao público em geral, inclusive de fora de Brasília. As consultas são feitas por telefone, correspondência ou fax, tendo sido efetuadas, em média, 63 pesquisas

diárias e 1.329 mensais, perfazendo o total de 11.958 pesquisas durante o ano de 1994.

A base de dados AQUATHES, do PRODASEN, migrou para o computador do STJ. Esse fato possibilitou ao novo Sistema de Jurisprudência, implantado no último ano, a conferência formal automática dos termos do “thesaurus” utilizados nas indexações. Assim, foi possível a inclusão de 90% dos documentos na base de dados do STJ.

## VII - ATIVIDADES - MEIO

Uma das metas prioritárias definidas pela Administração no começo da atual gestão consistia em promover o desenvolvimento organizacional da Instituição. Era necessário adequá-la à dimensão física e estrutural a ser proporcionada pela nova sede.

A estrutura então vigente precisava ser repensada, a fim de harmonizar-se não só com o aumento da área física dos prédios, mas, também, com o aumento do próprio número de prédios que compõem o conjunto arquitetônico da nova sede. Além disso, está prevista uma utilização maciça da tecnologia de informações, especialmente na gestão e no controle dos edifícios.

Nesse sentido, ajustes foram realizados no que tange ao organograma, tendo sido editada, após cuidadoso estudo da Assessoria Especial da Presidência, a Resolução nº 14, de 19.12.94.

Foram alteradas as estruturas das Secretarias Administrativa, Judiciária, de Recursos Humanos e de Documentação e da Subsecretaria de Jurisprudência.

Os principais objetivos da Resolução nº 14/94 foram:

- Criar, na estrutura organizacional do STJ, uma unidade administrativa, em nível de SECRETARIA, com a finalidade de planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração de edifícios.

- Reestruturar a Secretaria Administrativa, em face da operacionalização do sistema de transporte coletivo dos servidores, ao lado da absorção das atividades inerentes à administração predial pela nova Secretaria a ser criada.

- Alterar a estrutura organizacional da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, com vistas a incluir em sua competência as atividades de recebimento, protocolo e expedição de processos judiciais, anteriormente afetas à área de atuação da Secretaria Administrativa.

- Adequar a estrutura da Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos aos novos processos de trabalho requeridos pelo estágio atual do sistema de RH do STJ.

- Transformar a Subsecretaria de Jurisprudência em Secretaria, promovendo-se, então, a reorganização de que a área carecia. A consolidação do trabalho judicante e a própria corporificação

da imagem desta Corte nos meios jurídicos puderam, assim, ser efetuadas com maior qualidade.

- Alterar a denominação de diversas unidades da estrutura organizacional, com o escopo de adequar, satisfatoriamente, as atividades por elas desempenhadas à realidade do Tribunal.

As atividades-meio, pois, foram geridas conforme discriminação a seguir:

## 1. SECRETARIA DE INFORMÁTICA

A Secretaria de Informática recebeu um grande desafio no ano de 1994: promover o início do processo de mudança tecnológica do STJ para a nova sede. A tarefa envolveu alterações na filosofia de atendimento ao usuário interno, reestruturação do quadro técnico da Unidade, além de racionalização dos procedimentos.

Os projetos da Secretaria de Informática buscaram atingir, entre outros objetivos, a execução da reengenharia dos sistemas de informação existentes e o desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos.

Assim, em um contexto mais amplo, as ações do setor de informática buscaram tornar os recursos tecnológicos acessíveis ao corpo funcional desta Casa.

### 1.1. PROJETO DE TELEMÁTICA

Através deste Projeto, iniciado em 1993, tem-se por objetivo oferecer aos usuários, na nova sede, uma plataforma única de trabalho. Serão compartilhados os recursos de fax, telex,

processamento e tratamento das informações, transmissão de dados, edição de textos, bem como digitação de imagens.

O Projeto preserva total integridade, segurança e confiabilidade dos dados, conforme exigência do próprio Tribunal e de sua filosofia de trabalho.

Com vistas a implantar a Rede Corporativa na nova sede, a Secretaria de Informática coordenou, em conjunto com o restante da Administração, um total de 10 licitações: infra-estrutura da rede; hubs, concentradores e estações de gerenciamento; microcomputadores; servidores de rede; projeto de imagem; impressoras; módulos de memória; softwares; computador de tecnologia RISC.

A máquina RISC irá viabilizar a estratégia de descentralização das bases de dados. A medida prevê a reengenharia dos sistemas corporativos, que passarão, gradativamente, de uma arquitetura centralizada em equipamentos de grande porte a uma estrutura distribuída, utilizando-se bases de dados descentralizadas.

Do ponto de vista gerencial, a decisão proporciona inúmeras vantagens, entre as quais a interação com diversas tecnologias e fornecedores, resultando em menor custo, devido à maior oferta de soluções. Acrescente-se que o uso da tecnologia de ponta coloca o STJ em um nível de serviço compatível com as grandes instituições de Brasília.

## 1.2. PROJETO DE REENGENHARIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Desde a implantação do Projeto Justiça, o setor vem deparando com problemas causados pelo aumento da demanda de serviços e pela elevação da cultura de informática do usuário. Há demora no processamento dos dados, sobrecarga do mainframe, ausência de padrão na execução das atividades, além da interface gráfica com poucos recursos.

Assim, considerando os novos conceitos de gerência de sistemas que a futura sede exige, foi iniciado o processo de reengenharia desses sistemas, englobando atividades como a implantação do Sistema de Informações do Tribunal Federal de Recursos e do Sistema de Jurisprudência integrado ao Sistema Justiça.

Acrescente-se que já foram realizados os testes de adequação dos sistemas SIGESP, SINGRA e JUSTIÇA no equipamento RISC.

## 1.3. PROJETO DE AUTOMAÇÃO DOS GABINETES

Visa fornecer aos gabinetes ferramentas de apoio e serviços variados, otimizando o fluxo interno e externo de informações. Conta com quatro subprojetos: o de serviços, o de sistemas, o de treinamento e o de atendimento.

O subprojeto de serviços viabiliza o suporte para a implantação de fax, correio eletrônico, agendas, etc. O subprojeto de

sistemas atende às necessidades de automação das rotinas executadas nos gabinetes, enquanto o subprojeto de treinamento preocupa-se com o conhecimento necessário à utilização dos recursos disponíveis, de forma facilitada, personalizada e produtiva. Por fim, o subprojeto de atendimento aborda o aperfeiçoamento do corpo técnico com a criação de um “banco de soluções”.

#### 1.4. PROJETO SERVIDOR

Este projeto moderniza e agiliza as rotinas de recursos humanos. Leva em consideração todas as ações referentes a planejamento, recrutamento, seleção, desenvolvimento, manutenção e controle do acervo humano - maior patrimônio do Tribunal.

O Projeto Servidor é voltado para o ambiente tecnológico cliente/servidor, com sistema operacional **Windows NT** e sistema de gerenciamento de base de dados **SQL Server**. O objetivo é fazer com que o usuário solicite e receba informações sem sair de sua própria sala de trabalho.

#### 1.5. PROJETO DE GERÊNCIA DE SERVIÇOS

Como consequência da melhoria e do acelerado desenvolvimento tecnológico nos últimos anos, o microcomputador tornou-se uma ferramenta poderosa e extremamente flexível.

Assim, cada usuário pode personalizar o equipamento com suas preferências. Se, por um lado, isso apresenta vantagens do ponto de vista do usuário, por outro, apresenta dificuldade para o

gerenciamento, integração e manutenção dos recursos de informática. É necessária uma padronização equilibrada e consistente que mantenha a liberdade de configuração e, ao mesmo tempo, imponha normas e diretrizes que garantam a homogeneidade do ambiente.

O Projeto de Gerência de Serviços, portanto, estabelece normas e padrões de uso dos serviços de informática.

## 1.6. PLANEJAMENTO DA MUDANÇA PARA A NOVA SEDE

O Superior Tribunal de Justiça vivencia um momento de grandes transformações institucionais com a nova sede. A filosofia de atuação dos diversos segmentos do Tribunal passará por processos de mudanças e adaptações advindas da nova estrutura predial e funcional e do emprego de modernas tecnologias.

Preocupada com isso, a Secretaria de Informática tomou a iniciativa de se organizar para enfrentar os impactos da mudança, mediante a institucionalização de equipes e projetos que visam ao funcionamento adequado dos recursos acessíveis nas novas instalações.

## 1.7. ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

De acordo com a filosofia de atuação da Secretaria de Informática, que tem como prioridade a satisfação do cliente, foi desenvolvida a Central de Atendimento ao Usuário - CAU. Essa Central possui como público-alvo tanto o funcionário do STJ quanto o

usuário externo - aquele que tem acesso às bases de dados do Tribunal via RENPAC.

Ressalte-se que a cada ano cresce significativamente o número de usuários da RENPAC: advogados, empresas, órgãos públicos, etc.

## 2. SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO

As atividades da Secretaria de Documentação, no ano de 1994, voltaram-se para o aprimoramento de suas funções de preservação e divulgação da memória bibliográfica e documental do STJ.

A filosofia de trabalho foi pautada no pleno atendimento e ampla satisfação da clientela. Desse modo, foi elaborada e aprovada a Ordem de Serviço 001/94, que regulamenta o processo de aquisição de obras solicitadas pelos gabinetes e pelas demais unidades administrativas do Tribunal.

Houve, ainda, a reestruturação do arquivo setorial da Secretaria em face dos novos procedimentos adotados na guarda e recuperação das informações.

### 2.1. ARQUIVO-GERAL

Confrontando os acórdãos recebidos no decorrer de 1994 com o número de acórdãos do ano anterior, observa-se um crescimento de 33%. Conseqüentemente, aumentaram em igual

proporção os serviços relacionados com a preparação, conferência, arquivamento e consultas a esses documentos.

Na busca de soluções para acompanhar a maior demanda de trabalho, foram priorizadas e redistribuídas as tarefas rotineiras da área. Assim, após entendimento com a Secretaria Judiciária, ficou estabelecido dia e hora para o recebimento das novas publicações de acórdãos.

Ainda nesse sentido, considerando a exigência do processamento da imagem eletrônica dos acórdãos, a Secretaria de Informática apresentou projeto para recuperação do inteiro teor do acórdão, no qual são descritos os fundamentos da tecnologia de Gerenciamento de Imagem de Documentação (GID).

## 2.2. MUSEU DO TRIBUNAL

O Museu, após a realização de sua 3ª Exposição Temporária, em 1993, direcionou seus esforços para a organização de seu acervo fotográfico.

Outras atividades foram desenvolvidas, como o acondicionamento e a identificação de 7.560 fotogramas, que fazem parte de seu acervo. Houve, também, uma visita ao Museu Imperial, em Petrópolis-RJ, a fim de estabelecer contato sobre futura exposição a ser realizada pelo Museu do Tribunal.

Vale observar que, apesar das limitações de espaço, o Museu está caminhando para a sua consolidação organizacional, que se dará após a mudança para a nova sede do STJ.

### 2.3. BIBLIOTECA MINISTRO OSCAR SARAIVA

Além dos procedimentos técnicos específicos da área, houve a elaboração e editoração das seguintes publicações: Boletim Informativo de Jurisprudência do STJ, Informativo Jurídico, Boletim da Biblioteca, Artigos Jurídicos, Novas Aquisições, Direito e Atos Normativos do STJ, bem como Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados do TFR e STJ, com volumes dedicados aos Ministros Athon Gusmão Carneiro, José Cândido de Carvalho Filho, Francisco Peçanha Martins e Armando Leite Rollemberg.

Especial atenção foi dada ao controle do acervo bibliográfico, em perfeito entrosamento com a Divisão de Patrimônio.

Entre as atividades desenvolvidas com vistas à satisfação do usuário, constatou-se a execução de 3.092 pesquisas, bem como atendimento a 10.843 solicitações na área de doutrina, 10.874 na de legislação e 8.200 na de jurisprudência. Foram feitos 6.200 empréstimos de publicações e fornecidas 301.210 cópias reprográficas.

### 3. SECRETARIA ADMINISTRATIVA

A Secretaria Administrativa, além dos trabalhos típicos do Gabinete, registrou a emissão de 500 bilhetes de passagens e 111

concessões de diárias de viagens aos Srs. Ministros e Servidores do Tribunal. Além disso, implementou novos procedimentos internos de execução dos trabalhos, a fim de propiciar maior economia e celeridade às atividades que lhe são afetas.

Sendo esta Secretaria composta de quatro Subsecretarias, a seguir vão registradas as principais atividades desenvolvidas por elas no exercício findo.

### 3.1. SUBSECRETARIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A unidade, no desempenho das atribuições que lhe são peculiares, relativas à administração dos recursos materiais, bens patrimoniais e contratação de serviços de terceiros, abriu, aproximadamente, 98 processos para aquisição e contratação de serviços.

Encarregada de gerir os contratos celebrados por este Tribunal com empresas especializadas no fornecimento de material e/ou na prestação de serviços, a Divisão de Contratos teve, sob sua responsabilidade, em 1994, um total de 262 contratos. Desses, 149 foram firmados em 1994; 105 em 1993; 03 em 1992; 01 em 1990 e, finalmente, 01 em 1989.

Destaque-se, também, que foram abertos 47 processos que não geraram efeitos financeiros e 10 de reconhecimento de dívida, além de 40 minutas de contratos.

A área de suprimento continuou procurando integrar-se cada vez mais à Qualidade Total adotada no Tribunal. Para tanto, vários foram os cursos oferecidos à Unidade, tais como Administração de Almoarifado e Gestão de Materiais na Administração Pública. Foram também realizados Seminários sobre Gestão de Qualidade Total e Estilo de Vida.

A Divisão de Patrimônio teve seus trabalhos agilizados em razão da instalação de novos equipamentos de informática. Dessa forma, os bens móveis adquiridos puderam ser entregues às áreas, após o registro e o emplaquetamento, com um gasto de tempo muito menor.

### 3.2. SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE

Ao longo do ano de 1994, a Subsecretaria de Segurança e Transporte prosseguiu no cumprimento de suas tarefas, dando ênfase especial ao aprimoramento técnico dos agentes e ao aperfeiçoamento gerencial de seus diretores e supervisores, mediante a participação em cursos, seminários, palestras e reuniões internas sistemáticas. Procurou-se ressaltar o papel do profissional não como fiscal rigoroso e inflexível das normas, mas, acima de tudo, como atento e educado servidor com a responsabilidade de orientar colegas de trabalho e visitantes em relação ao cumprimento de instruções definidas pela Administração Superior.

Juntamente com a Academia Nacional de Polícia Federal, foi feita a coordenação do curso para 32 agentes de segurança. Além disso, foram adquiridos extintores, munição para treinamento de tiro e outros materiais indispensáveis a essa reciclagem.

Foram adquiridos e incorporados à frota do STJ 10 veículos FIAT/ELBA, 10 GM/MONZA E 02 ÔNIBUS SR-37/MERCEDES BENZ. Com esse acréscimo, a frota ficou composta de 141 veículos, sendo que 10 estão alocados para as Representações - 5 em São Paulo e 5 no Rio de Janeiro.

Registre-se o rigor com que vem sendo processado o disciplinamento do uso de veículos oficiais e controle das cotas de combustível, o que tem propiciado considerável economia no consumo em relação aos anos anteriores.

Em cumprimento aos cronogramas estabelecidos pela Administração, foram elaborados mapas demonstrativos dos processos sobre acidentes de trânsito, fichas individuais do estado de conservação dos veículos, pagamento de seguro obrigatório dos carros, além de controle sobre o andamento dos processos disciplinares afetos à área.

Quanto à segurança e vigilância do STJ, apesar do reduzido quadro de lotação de pessoal, a qualidade dos serviços foi mantida no melhor patamar possível, graças ao interesse e ao senso de responsabilidade dos servidores.

Enquanto se aguarda a mudança para a nova sede, a Administração firmou, com o GEIPOT/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, contrato de locação de imóvel localizado no Setor de Oficinas Norte. O objetivo foi reservar uma área específica para abrigar os coletivos do Tribunal e permitir a execução dos serviços de manutenção leve, lavagem e lubrificação, bem como base operacional para a coordenação do transporte dos servidores.

### 3.3. SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

A unidade procurou bem desenvolver suas atribuições de coordenar e controlar as atividades de comunicação, assim como as de manutenção e conservação dos imóveis do Tribunal. Executou, ainda, inúmeras tarefas, dentre as quais se destacam os serviços de dedetização e desratização sistemática a cada 45 dias, intercalados com geral e sustentativa, nos Edifícios Sede e Anexo, na Oficina Mecânica e nos depósitos do Almoarifado e do Patrimônio, localizados no prédio da gráfica do Conselho da Justiça Federal.

A Seção de Obras e Instalações realizou reforma completa no subsolo do prédio da Justiça Federal (ocupado pela Secretaria de Informática), no Restaurante do 9º andar do Edifício Anexo e na Garagem do GEIPOT, onde são guardados os ônibus deste Tribunal.

### 3.4. SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 1994, o Orçamento Geral da União (Lei nº 8.933/94, de 09.11.94) consignou ao Tribunal a importância de R\$ 104.679.885,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). Posteriormente, o Decreto de 08.12.94 cancelou, na subatividade Pessoal Efetivo, o valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), sendo realmente alocados a este Tribunal o montante de R\$ 97.679.885,00 (noventa e sete milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). As despesas realizadas à conta de créditos orçamentários corresponderam a 76,40% do orçamento, tendo sido revertido ao Tesouro Nacional um saldo de R\$ 23.053.719,39 (vinte e três milhões, cinqüenta e três mil, setecentos e dezenove reais e trinta e nove centavos).

Apesar do esforço despendido, a aprovação tardia do orçamento trouxe inevitáveis transtornos ao pleno desenvolvimento das atividades previstas por esta Administração.

No tocante às despesas extra-orçamentárias, houve restos a pagar inscritos em 1993 para o exercício seguinte, no montante de R\$ 161.857,65 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e cinco centavos). Foi efetivamente paga a importância de R\$ 107.660,35 (cento e sete mil, seiscentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos) e, cancelados, R\$ 54.197,30 (cinqüenta e quatro mil, cento e noventa e sete reais e trinta centavos).

#### 4. SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE

Na área da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, houve especial atenção para a continuidade do Exame Periódico de Saúde-EPS, que já demonstra os tipos de patologia com maior incidência junto aos servidores do STJ. Esse trabalho vem tendo fundamental importância na prevenção das doenças.

Nesse sentido, foram proferidas palestras mensais sobre enfermidades detectadas no EPS e nas entrevistas realizadas com os funcionários. O informativo mensal “Saúde para Todos” também auxiliou na difusão de informações relevantes sobre a saúde física e mental e sua natural interligação.

O atendimento ambulatorial, nas várias especialidades da equipe de saúde, totalizou 19.854 consultas, entre casos eletivos e urgentes. Em relação ao ano anterior, verificou-se considerável crescimento nas especialidades de clínica geral, ginecologia, pediatria, cardiologia, bem como odontologia e psicologia.

No que concerne à avaliação e autorização de procedimentos de saúde, foram praticadas glosas prévias, redundando em economia nos gastos com internação e exames complementares sofisticados.

Vale ressaltar a valiosa colaboração prestada à Secretaria de Recursos Humanos, quanto à análise de currículos e

escolha de profissionais de saúde a serem conveniados junto ao PRÓ-SER.

## 5. SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

No ano de 1994, a Secretaria de Recursos Humanos empreendeu atividades que se caracterizaram por sua abrangência, complexidade e importância para a área. Com efeito, os projetos implementados constituem, juntamente com outros anteriormente executados, os pilares do Sistema de Recursos Humanos do STJ. Essas atividades estiveram sob a responsabilidade das Subsecretarias de Pessoal e de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

### 5.1. SUBSECRETARIA DE PESSOAL

Os trabalhos da Subsecretaria de Pessoal centraram-se em três diretrizes: maior responsividade ao cliente (Srs. Ministros e servidores do STJ); capacitação das chefias, nos aspectos técnico e comportamental, para bem exercerem a função gerencial e equacionarem as questões legais afetas a cada área; e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Ingressaram no Quadro de Pessoal da Secretaria do STJ, por nomeação, 187 servidores e dele se afastaram 114, sendo 8 em virtude de exoneração a pedido, 2 por falecimento, 37 em razão de aposentadoria e 30 por declaração de vacância. Ao término do exercício, foram registradas 24 cessões e 13 requisições.

Nas épocas regulamentares, realizaram-se as promoções ordinárias, beneficiando um total de 297 servidores com movimentação de padrão dentro da mesma classe, ou mudança de classe no âmbito da mesma categoria.

Sucedendo as promoções ordinárias, ocorreram em junho e dezembro movimentações de padrão, em caráter extraordinário, tendo por base os §§ 1º e 3º do art. 27 do Ato Regulamentar nº 1/91 e beneficiando, em cada oportunidade, respectivamente, 422 e 112 servidores.

As atividades do STJ estiveram a cargo de uma força de trabalho de 1.744 pessoas, assim distribuídas: 32 Ministros, 1.540 servidores do quadro permanente, 104 requisitados de diversos órgãos públicos, 41 ocupantes de cargo em comissão de investidura originária e 27 estagiários procedentes de instituições de ensino superior. O custo total foi de R\$ 77.998.714,56 (setenta e sete milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos), aí incluídas as despesas salariais com 163 servidores cedidos com ônus total ou parcial para a origem.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, legislação complementar e normas regulamentares, a gestão dos direitos e vantagens originou, em 1994, a autuação de 685 processos e a elaboração de 3.939 documentos, sendo 951 portarias, atos e resoluções; 1.706 ofícios, telex e cartas; 801 declarações e certidões e 481 memorandos.

Mereceram análise pelas unidades competentes 1.350 processos, versando sobre assuntos como: cômputo de tempo de serviço; aposentadorias; revisão de proventos; pensões alimentícia e estatutária; incorporação de vantagens; férias, licenças e afastamentos; auxílios diversos; cessões e requisições; nomeações, exonerações e declarações de vacância; inclusão e exclusão de dependentes, entre outros.

## 5.2. SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A área de planejamento e política de recursos humanos promoveu as seguintes atividades:

1 - Realização de concurso público para as categorias de Auxiliar Judiciário e Técnico Judiciário - Áreas Fim e Meio, visando atender à demanda de pessoal das diversas unidades do STJ, operacionalizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/UnB.

2 - Elaboração de perfil profissiográfico para 175 novos servidores que ingressaram em 1994, objetivando adequar suas características profissionais às necessidades de pessoal das diversas áreas do Tribunal.

Observe-se que, apesar de 187 servidores terem ingressado no STJ, apenas 175 passaram pelo procedimento acima, pois os demais já eram servidores do Órgão.

3 - Realização de 08 cursos introdutórios para servidores recém-empoados, com o objetivo de fornecer-lhes informações úteis sobre os objetivos, estrutura e serviços do STJ.

4 - Operacionalização de 78 movimentações de servidores, na perspectiva de se compatibilizarem necessidades pessoais/profissionais com a demanda organizacional.

5 - Realização de acompanhamento funcional com 12 servidores cujos diagnósticos apresentaram-se variados, entre eles depressão, dependência química, incompatibilidade com o local de trabalho, etc.

6 - Execução do Programa de Estágio, mediante o recebimento de 23 estagiários, preenchendo, dessa forma, todas as vagas abertas. O sucesso do programa só foi possível graças à edição do Ato nº 131, de 1º.07.94, que aumentou o valor da bolsa de estágio de 30 para 80% do vencimento inicial da tabela remuneratória de nível superior adotada pelo STJ.

### 5.3. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

De acordo com decisão tomada por seu Conselho Deliberativo, o PRÓ-SER vem implantando gradativamente seus programas desde 1º.10.92, de sorte que, em 1994, no âmbito da assistência médica, houve a contratação da empresa VIDA - UTI MÓVEL, cujo escopo é prestar pronto atendimento a pacientes em

situações de emergência. Com essa ação, consideram-se atingidos todos os objetivos iniciais do PRÓ-SER no tocante à assistência médico-hospitalar.

Na assistência odontológica, foi implantada a segunda etapa da especialidade de PRÓTESE, contemplando todos os procedimentos a ela inerentes. Esse novo passo dado pelo Programa representou a satisfação de fortes anseios de seus usuários.

Os servidores do STJ passaram a receber, no exercício de 1994, o auxílio-alimentação e o auxílio pré-escolar. O primeiro deles era concedido a uma parcela dos servidores na forma de vale-refeição, a ser utilizado para aquisição de almoço no restaurante do próprio Órgão. O segundo substituiu o auxílio-creche, de valor irrisório, que não atingia sequer R\$ 10,00, em valor atualizado pela nova moeda.

Com 5.931 beneficiários cadastrados em 1993, o PRÓ-SER abrigava, até o final do ano passado, 6.576 usuários, dos quais 2.047 são titulares - entre ativos, inativos e pensionistas - e 4.529, dependentes.

Foram expedidas 39.667 guias, sendo 32.624 referentes à assistência médico-hospitalar e 7.043 à assistência odontológica, perfazendo, até o mês de novembro, gastos no montante de R\$ 1.638.302,46 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil, trezentos e dois reais e quarenta e seis centavos).

Destaque-se, no exercício, a partir de 1º de dezembro, a descentralização da emissão de guias, as quais passaram a ser emitidas pelos profissionais e instituições credenciados. Essa providência representou simplificação de procedimentos para atendimento aos usuários, concretizando reivindicação dos servidores.

O 2º ano de funcionamento do PRÓ-SER, comemorado em 30 de setembro, demonstrou o acerto da Administração do Tribunal ao eleger a modalidade indireta mediante convênio, para prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica a seus servidores, dentre as opções postas no art. 230 do Regime Jurídico Único.

## 6. SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno deu cumprimento a seu programa de trabalho, na qualidade de órgão controlador da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do STJ. Tem havido uma crescente interação junto à Administração Superior no sentido de examinar, previamente, a documentação suporte das operações realizadas, objetivando oferecer, tempestivamente, orientações necessárias ao cumprimento das normas legais vigentes.

Por outro lado, o Controle Interno tem colaborado com as unidades responsáveis pelo planejamento orçamentário e a execução financeira, emitindo Conformidades Diárias e/ou Contábeis e, ainda, pronunciando-se sobre alterações ocorridas no SIAFI.

Foi editado e divulgado o Boletim Informativo - BI/SCI, contendo as alterações ocorridas na legislação, normas jurisprudenciais afetas à área de controle interno e as tabelas atualizadas de limite de licitações, diárias, índices e coeficientes econômicos.

A legalidade e legitimidade dessas despesas foram examinadas mediante relatórios e pareceres. Além disso, foram verificadas a integridade dos registros e a correspondente adequação contábil e elaborados os processos de tomada de contas - tanto a anual, quanto a especial e a extraordinária.

Acrescentem-se, como tarefas que essa área priorizou em 1994, a atualização do manual de classificação de despesas, o aperfeiçoamento do sistema periódico de conformidade diária e a agilização de procedimentos de elaboração de tomada de contas.

## **VIII - PLANEJAMENTO**

Grandes são os desafios colocados para o ano de 1995. Esta Administração continuará centrando suas atenções na melhoria do nível técnico de seus funcionários.

Dotadas de modernos equipamentos e da alta tecnologia existente nos setores de informática e eletrônica, as futuras instalações de trabalho certamente darão suporte a esse aperfeiçoamento,

conferindo maior agilidade aos relevantes serviços prestados por este Tribunal aos jurisdicionados.

## IX - ENCERRAMENTO

Senhores Ministros,

Realço, neste momento, a atuação dos dirigentes, assessores e demais funcionários, que, com dedicação, enfrentaram as diversificadas tarefas próprias de cada setor.

Sem dúvida, foram trabalhos de grande envergadura, que levaram todo o corpo funcional a refletir sobre a realidade da Instituição para que pudessem ser formuladas propostas mais adequadas à sua finalidade.

As dificuldades encontradas não significaram empecilho à consecução das metas. Serviram, no mais das vezes, para propiciar o aprimoramento dos métodos gerenciais e dos procedimentos de trabalho, bem como do potencial de cada servidor.

Finalmente, no exercício da função de Presidente desta Corte, tenho contado com a inestimável colaboração de meus Pares, aos quais quero, nesta oportunidade, expressar meus agradecimentos.

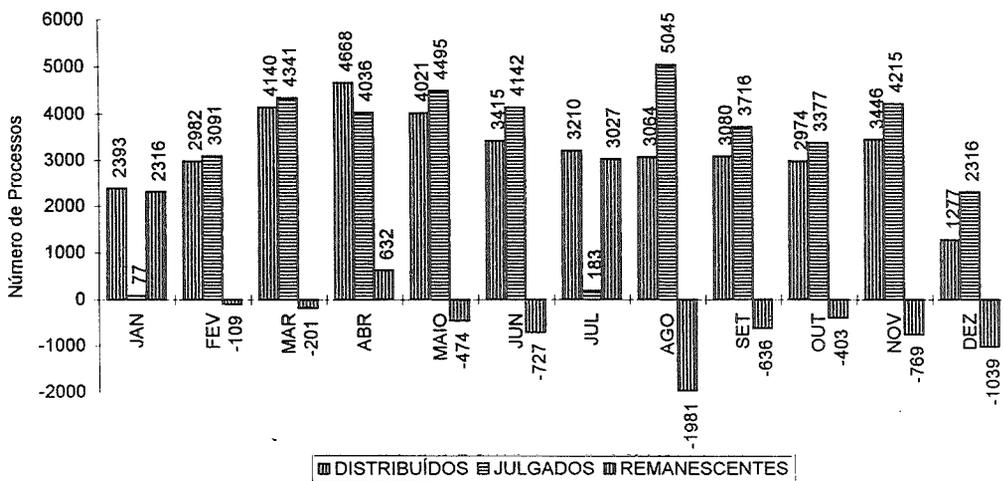
Brasília, 1º de fevereiro de 1995.

**Ministro William Patterson**  
Presidente

**ANEXO - ESTATÍSTICA DAS ATIVIDADES JUDICANTES****1 - PROCESSOS AUTUADOS, DISTRIBUÍDOS E JULGADOS - ANO: 1994**

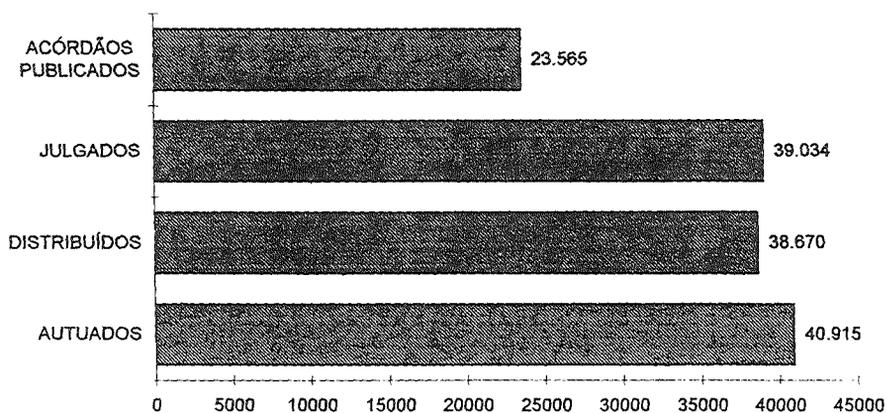
ESPECIFICAÇÃO	
PROCESSOS AUTUADOS	40.915
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	38.670
PROCESSOS REGISTRADOS	677
PROCESSOS JULGADOS	43.032
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	1.146
ACÓRDÃOS PUBLICADOS	23.565
SUSPENSÕES DE SEGURANÇA APRECIADAS	80
DESPACHOS DO MINISTRO PRESIDENTE JUNTO À SECRETARIA JUDICIÁRIA	3.394
DESPACHOS DIVERSOS DO MINISTRO VICE-PRESIDENTE	1.001

## 02 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E REMANESCENTES, MÊS A MÊS - ANO: 1994



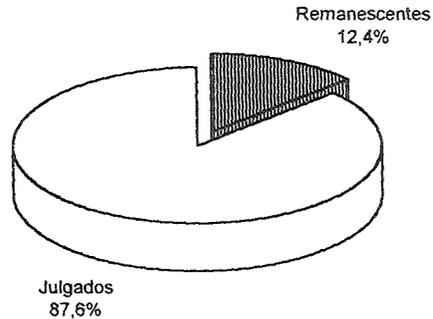
Obs.: Nos julgados acima mencionados, não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, totalizando 3.998 feitos no período de janeiro a dezembro/94.

### 3 - PROCESSOS AUTUADOS, DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ACÓRDÃOS PUBLICADOS - ANO: 1994



Obs.: Nos processos julgados, não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 3.998 feitos.

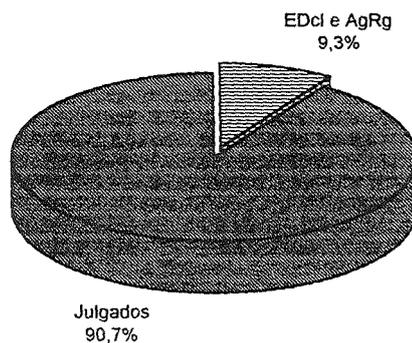
**4 - PROCESSOS JULGADOS E REMANESCENTES NO PERÍODO DE  
07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 19/12/94**



Distribuídos	149.436 processos
Julgados	130.908 processos
Remanescentes	18.528 processos

Obs.: Nos julgados, não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 13.377 feitos.

**5 - PROCESSOS JULGADOS E DECISÕES PROFERIDAS EM EDcl E AgRg  
NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 19/12/94**

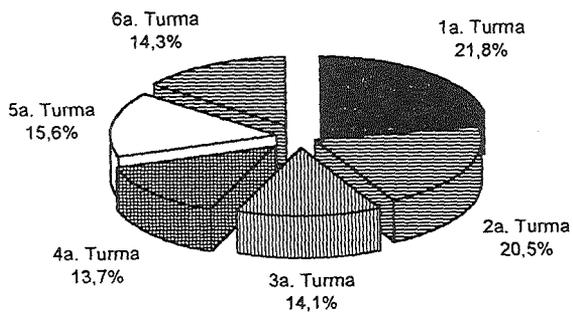
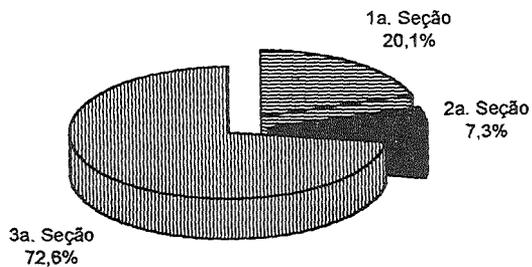


Total de julgados: 144.285(incluídos os AgRg e EDcl)

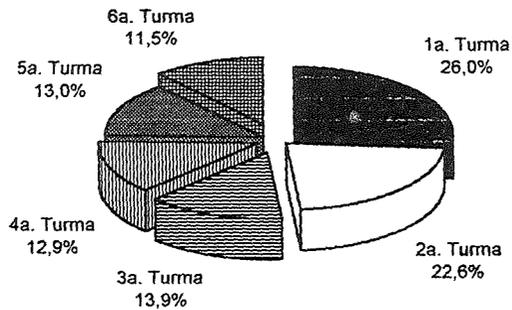
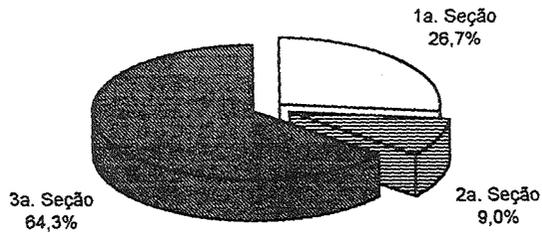
Dos processos distribuídos, foram julgados: 130.908

Recursos julgados de decisões proferidas no STJ: 13.377 (AgRg e EDcl)

## 6 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA AS SEÇÕES E TURMAS - ANO: 1994

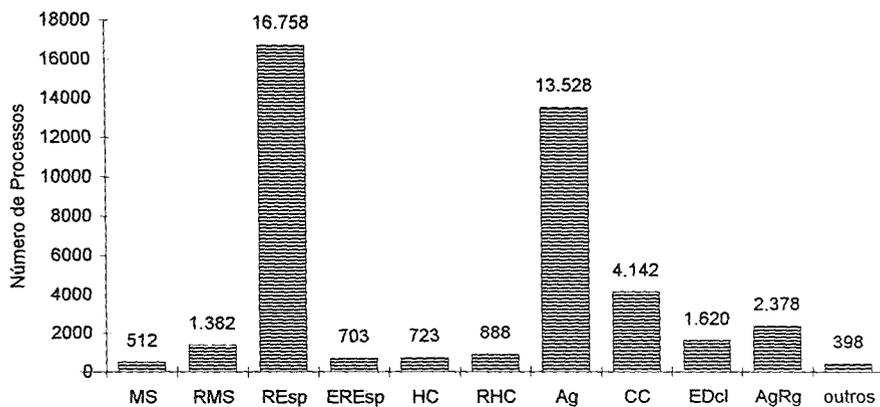


## 7 - PROCESSOS JULGADOS NAS SEÇÕES E TURMAS - ANO: 1994



Obs.: Estão incluídos os processos decididos por despacho.

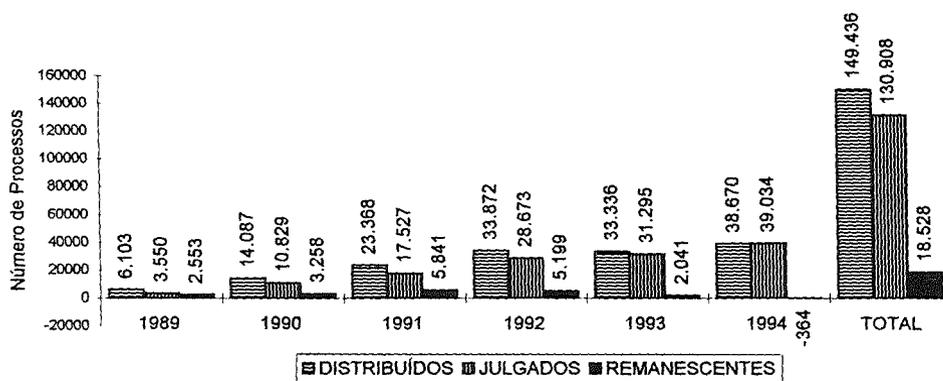
## 8 - PROCESSOS JULGADOS NO STJ POR CLASSE DE FEITOS - ANO: 1994



OUTROS									
RvCr	11	Inq	22	ExSusp	2	ExVerd	3	HD	3
Rp	15	NC	8	Rcl	48	AR	36	EAR	1
Pet	99	MC	111	AC	3	APn	16		
IJ	5	MI	5	IF	7	CAt	3		

Obs.: No gráfico acima, estão representados os processos julgados em todos os Órgãos Judicantes, inclusive os despachos terminativos.

**9 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E REMANESCENTES NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 19/12/94**



Obs.: Nos julgados acima mencionados, não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, totalizando 13.377 feitos.

**10 - PROCESSOS INCIDENTES (SUSPENSÕES DE SEGURANÇA  
DESPACHADAS PELO EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE) - ANO: 1994**

Mês	Deferido	Indeferido	Remessa ao STF	Não Conheceu do Pedido	Homologação de Desistência	Total
Janeiro	2	4		3		9
Fevereiro		2				2
Março	2	2		2		6
Abril			2			2
Maiο	1	1	4	2		8
Junho	2	2		1		5
Julho		2	1	1	1	5
Agosto		14	2	3	2	21
Setembro		1	3	1	1	6
Outubro			2			2
Novembro		5	2	1		8
Dezembro		3		2		5
Total	7	36	16	16	4	79

**11 - PROCESSOS REGISTRADOS - EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE -  
ANO:1994**

CLASSE DE FEITOS	Ag/RE	SS	Pet	Prc	Rp	IF	Rcl	TOTAL
MÊS								
JANEIRO	21	9					1	31
FEVEREIRO	48	3		5				56
MARÇO	43	8		1		1		53
ABRIL	73	4	1	2		3		83
MAIO	14	6		1		3		24
JUNHO	59	17		1				77
JULHO	41	8	1	2				52
AGOSTO	35	5						40
SETEMBRO	70	5		3		1		79
OUTUBRO	37	1						38
NOVEMBRO	98	11	1					110
DEZEMBRO	27	5		1		1		34
TOTAL	566	82	3	16	0	9	1	677

**12 - DESPACHOS DIVERSOS PROFERIDOS PELO EXMO. SR. MINISTRO  
PRESIDENTE JUNTO À SECRETARIA JUDICIÁRIA - ANO: 1994**

DESPACHOS	PROCESSO	PETIÇÃO	OFÍCIO	TELEX	TOTAL
MÊS					
JANEIRO	10	27			37
FEVEREIRO	164	67	8		239
MARÇO	287	52	11		350
ABRIL	219	57	6		282
MAIO	256	63	29		348
JUNHO	403	45	5		453
JULHO	114	37	7		158
AGOSTO	323	75	11		409
SETEMBRO	219	109	35		363
OUTUBRO	203	54	35		292
NOVEMBRO	171	62	25		258
DEZEMBRO	152	39	14		205
TOTAL	2.521	687	186		3.394

13 - RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS PROFERIDOS PELO EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE - ANO: 1994

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS																								
ÓRGÃOS	MINISTRO PRESIDENTE WILLIAM ANDRADE PATTERSON																TOTAL							
	CORTE		1ª		1ª		2ª		2ª		3ª		4ª		3ª				5ª		6ª			
JUDICANTES	ESPECIAL		SEÇÃO		TURMA		TURMA		SEÇÃO		TURMA		TURMA		SEÇÃO		TURMA		TURMA					
CLASSE DE FEITOS	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN		
MS/RMS																						3		
CC										2													2	
REsp/EResp						2								12									14	
Ag															2								2	
AR/EAR																								
EDcl																								
AgRg										1					10								11	
HC/RHC																								
IF																								
Rcl																								
Cat																								
Inq				1																				1
TOTAL				1																				33

ADM = ADMITIDOS  
DEN = DENEGADOS

**14 - DESPACHOS DIVERSOS PROFERIDOS PELO EXMO. SR. MINISTRO  
VICE-PRESIDENTE - ANO: 1994**

DESPACHOS	PROCESSO	PETIÇÃO	OFÍCIO	TELEX	TOTAL
MÊS					
JANEIRO					
FEVEREIRO					
MARÇO	20	98	6		124
ABRIL	27	69	1		97
MAIO	21	47			68
JUNHO	26	87			113
JULHO					0
AGOSTO	24	117			141
SETEMBRO	3	68			71
OUTUBRO	5	41	1		47
NOVEMBRO	50	170	4		224
DEZEMBRO	71	44	1		*116
TOTAL	247	741	13		1.001

Obs.: Estatística iniciada em março/94.

\* 20 Recursos Ordinários remetidos ao STF.

15 - RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS  
 SR. MINISTRO VICE-PRESIDENTE - ANO: 1994

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS																						
ÓRGÃOS	MINISTRO VICE-PRESIDENTE ROMILDO BUENO DE SOUZA																		TOTAL			
	CORTE	1ª		1ª		2ª		2ª		3ª		4ª		3ª		5ª		6ª				
JUDICANTES	ESPECIAL	SEÇÃO	TURMA	TURMA																		
CLASSE DE FEITOS	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN		
MS/RMS			5	7	3	10	2	7						3	14	1	3	2	1	16	42	
CC			2					4						168	35					168	41	
REsp/EResp			1	30	38	194	31	132			35	1	27			16			3	71	437	
Ag							1			2		3				1			1		8	
AR/EAR			1																		1	
EDcl					1																1	
AgRg			1		63	2	68	1	1	68		96		1		6		9	3	313		
HC/RHC																5					5	
IF		1																			1	
Rcl			1																		1	
SS		1																			1	
Pet		1						3													4	
TOTAL		3	6	42	41	268	35	208		8	1	105	1	126	171	50	1	31	2	14	258	855

ADM = ADMITIDOS

DEN = DENEGADOS

**16 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, MENSALMENTE, POR CLASSE DE FEITOS - ANO: 1994**

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CLASSE													
MS	42	31	39	39	46	78	83	46	24	32	59	35	554
RMS	89	33	182	76	128	134	61	79	136	128	132	46	1.224
REsp	1.095	1.332	1.783	1.985	1.908	1.161	1.348	1.055	1.533	1.303	1.100	373	15.976
EREsp	9	22	96	76	45	120	37	69	124	23	166	93	880
AR	3	5	4	4	6	5	1	1	6	3	3	3	44
EAR			1		1			1		1		2	6
HC	69	39	67	64	70	71	50	69	83	86	68	39	775
RHC	66	40	106	74	89	88	52	75	117	62	86	57	912
Ag	712	1.246	1.221	1.762	1.304	916	1.221	1.290	714	950	1.115	547	12.998
AC			1								1		2
HD				2				1					3
CC	276	213	599	544	386	807	333	352	314	361	677	54	4.916
ExVerd						2							2
CAT		1	2	1			1	1	1		2		9
RvCr	3	1	5	1				2		1	2	1	16
MI				1		2	1						4
Rp	2			4	1				2	1	1	1	12
Pet	15		10	15	2	4	2	4	2	2	2	1	59
Rcl	8	3	3	3	1	6	4	6	9	6	9	4	62
Inq	3	2	3	5	8	1	1	1	1	1	3	1	30
IJ		1	1	1	1		1		2		2	2	11
IF									1				1
NC		1	2	5	2				2				12
MC		7	15	5	16	19	14	11	9	14	18	17	145
APn	1	5		1	7	1		1				1	17
TOTAL	2.393	2.982	4.140	4.668	4.021	3.415	3.210	3.064	3.080	2.974	3.446	1.277	38.670

17 - PROCESSOS JULGADOS, MENSALMENTE, POR CLASSE DE FEITOS -  
ANO: 1994

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CLASSE													
MS		39	29	43	44	119	3	58	39	45	62	31	512
RMS		51	141	178	178	121	3	161	147	192	124	86	1.382
REsp	2	1.098	2.094	1.840	1.971	1.808	35	2.052	1.648	1.633	1.842	735	16.758
REsp		48	51	96	89	42	3	58	130	43	64	79	703
AR			4	4	5	2		5	4	1	5	6	36
EAR											1		1
HC		56	63	88	58	75	5	112	81	51	78	56	723
RHC		50	93	114	79	114	4	125	76	69	107	57	888
Ag	75	1.459	1.509	1.421	1.800	1.442	124	1.798	1.091	909	1.316	584	13.528
CAt									3				3
AC			1	1				1					3
HD									1			2	3
CC		256	313	210	228	383	3	642	460	398	586	663	4.142
ExVerd			1		1				1				3
EDcl		85	169	122	145	181	2	255	231	181	174	75	1.620
AgRg		214	341	363	294	202	4	249	215	160	187	149	2.378
RvCr		2		4	1	1		1	1	1			11
MI					3				1	1			5
Rp		2	1	2	3	2		1	1	2	1		15
Pet		15	19	17	15	7	1	8	7	4	5	1	99
Rcl		3	6	7	3	5	2	3	6	5	7	1	48
Inq		4	3	2	1	1		4	3	1	3		22
IJ				1					1	1	1	1	5
IF						2		1		3	1		7
NC		1	1		3			1	1	1			8
MC		6	10	7	7	17		14	11	14	12	13	111
APn			2	1	5	1			3	3		1	16
ExSusp		1			1								2
TOTAL	77	3.390	4.851	4.521	4.934	4.525	189	5.549	4.162	3.718	4.576	2.540	43.032

**18 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E REMANESCENTES,  
POR ANO, NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 19/12/94**

ANO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	REMANESCENTES
1989	6.103	3.550	2.553
1990	14.087	10.829	3.258
1991	23.368	17.527	5.841
1992	33.872	28.673	5.199
1993	33.336	31.295	2.041
1994	38.670	39.034	-364
TOTAL	149.436	130.908	18.528

Obs.: Nos julgados acima mencionados, não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 13.377 feitos.

**19 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS, POR MÊS E ANO, NO PERÍODO  
DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 19/12/94**

MÊS	1.989		1.990		1.991		1.992		1.993		1.994	
	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG	DISTRIB	JULG
JANEIRO			817		1.325		2.415	90	1.715		2.393	77
FEVEREIRO			587	764	1.506	1.480	3.635	2.865	2.432	3.201	2.982	3.390
MARÇO			926	974	1.736	1.549	1.529	2.621	4.037	5.096	4.140	4.851
ABRIL			1.256	974	2.426	2.155	2.270	2.035	2.858	2.938	4.668	4.521
MAIO			1.209	1.185	2.549	2.273	3.265	2.668	1.738	3.488	4.021	4.934
JUNHO	1515*	258*	1.045	995	2.057	2.130	4.203	3.835	2.072	2.992	3.415	4.525
JULHO	283		1.059		1.350		2.715	200	3.394	210	3.210	189
AGOSTO	757	710	1.412	1.598	2.179	2.360	2.478	3.993	3.083	3.868	3.064	5.549
SETEMBRO	1.246	661	1.497	1.205	1.947	1.892	3.135	3.693	3.191	3.987	3.080	4.162
OUTUBRO	941	768	1.765	1.555	2.235	1.995	2.867	3.495	2.809	3.263	2.974	3.718
NOVEMBRO	808	713	1.487	1.282	1.993	1.765	3.196	3.622	3.286	3.183	3.446	4.576
DEZEMBRO	553	601	1.027	1.210	2.065	1.668	2.164	2.311	2.721	2.879	1.277	2.540
<b>TOTAL</b>	<b>6.103</b>	<b>3.711</b>	<b>14.087</b>	<b>11.742</b>	<b>23.368</b>	<b>19.267</b>	<b>33.872</b>	<b>31.428</b>	<b>33.336</b>	<b>35.105</b>	<b>38.670</b>	<b>43.032</b>

TOTAL DE DISTRIBUÍDOS NO PERÍODO: 149.436

TOTAL DE JULGADOS NO PERÍODO : 144.285

OBS.: No total de julgados acima mencionado, estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 13.377 feitos no período.

\* Processos referentes ao período de abril a junho/89

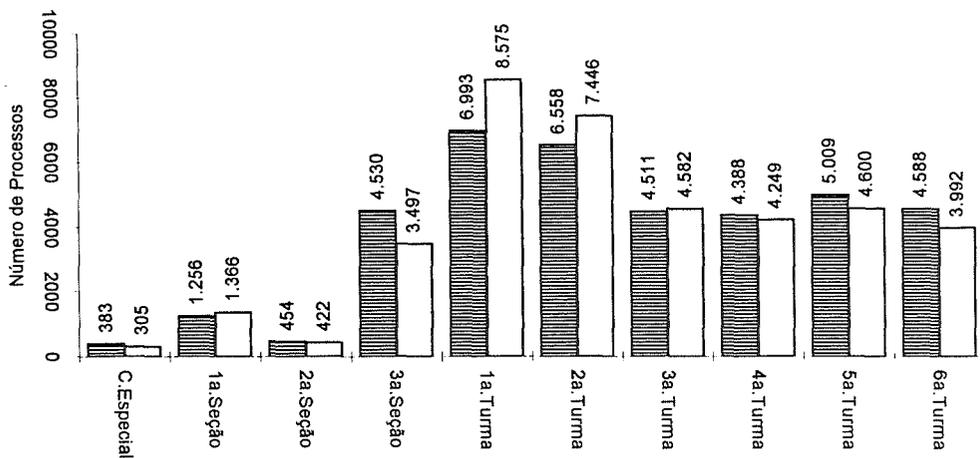
**RECURSOS JULGADOS DE DECISÕES PROFERIDAS NO STJ**

Período: 07/04/89 a 19/12/94

**Embargos de Declaração e Agravos Regimentais**

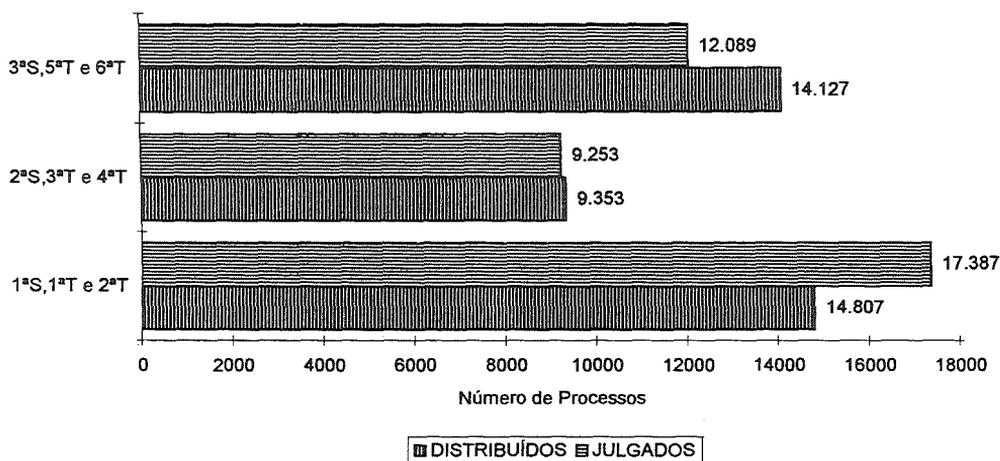
ANO	EDcl	AgRg	TOTAL
1.989	71	90	161
1.990	406	507	913
1.991	601	1.139	1.740
1.992	829	1.926	2.755
1.993	1.438	2.372	3.810
1.994	1.620	2.378	3.998
<b>TOTAL</b>	<b>4.965</b>	<b>8.412</b>	<b>13.377</b>

## 20 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS, POR ÓRGÃOS JUDICANTES - ANO: 1994



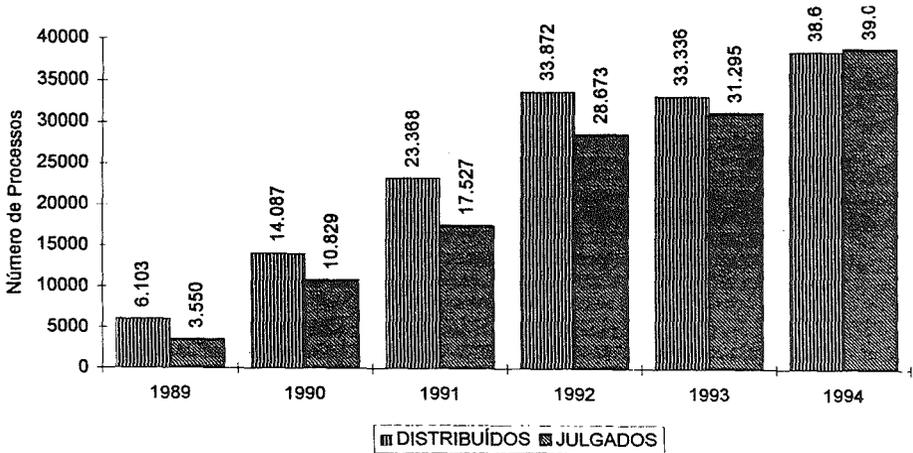
Obs.: Estão incluídos os processos decididos por despacho.  
Nos julgados acima mencionados, não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, totalizando 3.998 feitos.

## 21- PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS NAS SEÇÕES E RESPECTIVAS TURMAS - ANO: 1994



PROCESSOS ÓRGÃOS JUDICANTES	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS EM SESSÃO	DECIDIDOS P/ DESPACHOS	TOTAL DE JULGADOS
1ªS, 1ªT e 2ªT	14.807	9.085	8.302	17.387
2ªS, 3ªT e 4ªT	9.353	2.864	6.389	9.253
3ªS, 5ªT e 6ªT	14.127	8.472	3.617	12.089
TOTAL	38.287	20.421	18.308	38.729

Obs.: Nos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, totalizando 3.998 feitos.

**22 - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS - CRESCIMENTO NO PERÍODO DE 07/04/89 (CRIAÇÃO DO STJ) A 19/12/94**

Obs.: No gráfico acima, estão incluídos os processos julgados em sessão e decididos por despacho, excetuando apenas os AgRg e EDcl, em número de 13.377 feitos.

## 23 - PROCESSOS COM VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO DIA 19/12/94

FEITOS	TOTAL
MS	228
RMS	615
REsp	1.555
EREsp	33
AR	17
HC	23
RHC	28
Ag	198
AC	1
SS	2
CC	1.383
RvCr	1
Rp	1
Rcl	11
Inq	9
CAt	6
NC	1
MC	4
TOTAL	4.116

**ÍNDICE SISTEMÁTICO**

I - Introdução	05
II - Composição do Tribunal	07
1. Composição dos Órgãos Judicantes	07
2. Composição das Comissões	15
2.1. Comissões Permanentes	16
2.1.1. Comissão de Coordenação	16
2.1.2. Comissão de Documentação	16
2.1.3. Comissão de Regimento Interno	16
2.1.4. Comissão de Jurisprudência	17
2.2. Comissão Temporária	17
2.2.1. Comissão Especial de Obras	17
III - Atividades Judicantes	17
IV - Atividades Extrajurisdicionais	20
1. Eleições - Administração do STJ e dos Membros do CJF	20

---

2. Indicações	21
3. Posse de Ministros	21
4. Afastamentos Regimentais - Licenças	21
5. Homenagens	22
6. Outros Eventos Consignados em Ata	23
V - Relações com os Poderes Públicos e Autoridades	24
VI - Jurisprudência do Tribunal	29
1. Revista	29
2. Súmulas	29
3. Banco de Dados	30
VII - Atividades-Meio	31
1. Secretaria de Informática	33
1.1. Projeto de Telemática	33
1.2. Projeto de Reengenharia dos Sistemas de Informação	35
1.3. Projeto de Automação dos Gabinetes	35

1.4. Projeto Servidor	36
1.5. Projeto de Gerência de Serviços	36
1.6. Planejamento da Mudança para a Nova Sede	37
1.7. Atendimento aos Usuários	37
2. Secretaria de Documentação	38
2.1. Arquivo-Geral	38
2.2. Museu do Tribunal	39
2.3. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva	40
3. Secretaria Administrativa	40
3.1. Subsecretaria de Material e Patrimônio	41
3.2. Subsecretaria de Segurança e Transporte	42
3.3. Subsecretaria de Comunicação e Administração de Edifícios	44
3.4. Subsecretaria de Orçamento e Finanças	45
4. Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	46
5. Secretaria de Recursos Humanos	47
5.1. Subsecretaria de Pessoal	47
5.2. Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos	49

---

5.3. Programa de Assistência aos Servidores do STJ	50
6. Secretaria de Controle Interno	52
VIII - Planejamento	53
IX - Encerramento	54
ANEXO - Estatística das Atividades Judicantes	
1. Processos Autuados, Distribuídos e Julgados - Ano de 1994	55
2. Processos Distribuídos, Julgados e Remanescentes, Mês a Mês - Ano: 1994	56
3. Processos Autuados, Distribuídos, Julgados e Acórdãos Publicados - Ano: 1994	57
4. Processos Julgados e Remanescentes no Período de 07/04/89 (criação do STJ) a 19/12/94	58
5. Processos Julgados e Decisões Proferidas em EDcl e AgRg no Período de 07/04/89 (criação do STJ) a 19/12/94	59
6. Processos Distribuídos para as Seções e Turmas - Ano: 1994	60
7. Processos Julgados nas Seções e Turmas - Ano: 1994	61
8. Processos Julgados no STJ por Classe de Feitos - Ano: 1994	62

9. Processos Distribuídos, Julgados e Remanescentes no Período de 07/04/89 (criação do STJ) a 19/12/94 63
10. Processos Incidentes (Suspensões de Segurança Despachadas pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente) - Ano: 1994 64
11. Processos Registrados - Exmo. Sr. Ministro Presidente - Ano:1994 65
12. Despachos Diversos Proferidos pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária - Ano: 1994 66
13. Recursos Extraordinários Proferidos pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente - Ano: 1994 67
14. Despachos Diversos Proferidos pelo Exmo. Sr. Ministro Vice-Presidente - Ano: 1994 68
15. Recursos Extraordinários Proferidos pelo Exmo. Sr. Ministro Vice-Presidente - Ano: 1994 69
16. Processos Distribuídos, Mensalmente, por Classe de Feitos - Ano: 1994 70
17. Processos Julgados, Mensalmente, por Classe de Feitos - Ano: 1994 71
18. Processos Distribuídos, Julgados e Remanescentes, por Ano,

---

no Período de 07/04/89 (criação do STJ) a 19/12/94	72
19. Processos Distribuídos e Julgados, por Mês e Ano, no Período de 07/04/89 (criação do STJ) a 19/12/94	73
20. Processos Distribuídos e Julgados, por Órgãos Judicantes - Ano: 1994	74
21. Processos Distribuídos e Julgados nas Seções e Respectivas Turmas - Ano: 1994	75
22. Processos Distribuídos e Julgados - Crescimento no Período de 07/04/89 (criação do STJ) a 19/12/94	76
23. Processos com Vista ao Ministério Público Federal no dia 19/12/94	77